

1                   **Ata da Reunião Ordinária do mês de Setembro do CEDM/PR**

2 Aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e vinte, às quatorze horas e cinco  
3 minutos em primeira chamada, por web conferência, e às quatorze horas e vinte e cinco  
4 minutos, em segunda chamada. **Abertura** – A secretária executiva Jane Vasques, inicia a  
5 reunião dando as boas vindas a todas as conselheiras e faz a chamada inicial.  
6 **Conselheiros Representantes Governamentais:** Titular: Mara  
7 Sperandio-SEJUF/DGDM; Suplente Tania Domingues -SEJUF/DGDM; Tsuplente: Sandra  
8 Cristina Ferreira –SETI; Titular Vanessa Alice-SESP; Titular Priscilla Dalmarco - SEED;  
9 Suplente: Terezinha Zanatta - SEJUF/DET; Titular: Kamila Conte Kunz – SEDU; Suplente  
10 Kelly Letchakoswki–SEJUF/DEDIF; Titular: Carla Aguiar-SESA; **Conselheiros**  
11 **Representantes da Sociedade Civil:** Titular: Maria Isabel Correa–UBM; Titular: Carmen  
12 Ribeiro – RFS; Eunice Teiko – CUT; Titular:– Rede Mulheres Negras; Titular Silvana  
13 Rausis -FAMOPAR; Titular: Rosalina Batista – ASSEMPA; Titular: Terezinha Possebom –  
14 HUMSOL; Suplente: Daniele Bittencourt Azevedo Perich-FETEC; Titular; Isabela  
15 Candeloro Campoi; Titular: Nicolle Schio–Grupo Dignidade; Suplente: Karen Venancio -  
16 CRP **Colaboradores e Convidados:** Janaína Placido-MP; Silvana F. Farah –  
17 SEJUF/DGDM; Helena Rocha – OAB-PR. Inicia-se a reunião com as boas vindas da  
18 presidente Maria Isabel, que passa a palavra para a vice-presidente Mara Sperandio que  
19 dá boas vindas a todas participantes. **1-Apreciação e Aprovação da Pauta.** Pauta  
20 aprovada. **2. Aprovação das Atas de Agosto.** A conselheira Carmen fala sobre algumas  
21 correções nas atas que foi enviada por e-mail, este e-mail não foi recebido e fica a  
22 aprovação da ata do mês de agosto para a próxima reunião. **3-Informes da Secretaria**  
23 **Executiva- Justificativa de Ausência: Fabiane –CRP,** suplente presente. **4- Informes**  
24 **do SEJUF/DGDM.** A Vice Presidente Mara Sperandio, se pronuncia informando sobre a  
25 Cartilha elaborada pela Secretaria Nacional, referente as eleições de 2020 e fala que esta  
26 cartilha é de muita importância nesta eleição, porque fala da representatividade da Mulher  
27 no panorama eleitoral, menciona que a cartilha já está sendo distribuída para os  
28 conselhos municipais e solicita que a cartilha seja projetada para que todos visualizem e  
29 solicita que seja aprovada a disponibilização desta cartilha no site do CEDM para  
30 orientação. **Encaminhamento** - Encaminhar a cartilha para todas as conselheiras por e-  
31 mail para que as mesmas tomem conhecimento do conteúdo para aprovação da  
32 divulgação. **5-Trabalho da Comissão de Comunicação, Mobilização e Criação de**  
33 **Conselhos-** A carta elaborada pela conselheira Silvana e pela comissão de comunicação  
34 projetada em tela para conhecimento de todas é apreciada por todas e a proposta de  
35 encaminhamento é de finalizar a carta, a conselheira Rosalina sugere que sejam enviadas  
36 as candidatas vereadora e também surgiu outra proposta da conselheira Carmen que a  
37 carta seja publicizada no site do CEDM que será encaminhada para os partidos.  
38 Encaminhamento **1- Encaminhar** a carta depois de finalizada aos candidatos e  
39 candidatas a Prefeitos e Prefeitas aos partidos políticos para ser assinada e devolvida ao  
40 CEDM. **2- Encaminhamento-** Adaptarmos a carta para ser encaminhada para as  
41 candidatas a vereadoras também encaminhando aos partidos acompanhada da ficha  
42 cadastral reduzida e trabalhada pela comissão de comunicação, e aquelas que nos  
43 responderem com a aprovação será divulgada na página do CEDM, segue a

44 apresentação da correspondência a ser encaminhada ao TRE, projetada em tela e feita a  
45 leitura para a ciência de todas as conselheiras. **3- Encaminhamento-** encaminhar a carta  
46 ao TRE. **6- Apresentação do Trabalho da Comissão de Violência contra a Mulher.**  
47 Projetado em tela o trabalho feito pela comissão de violência contra as Mulheres e feito a  
48 leitura para que todas as conselheiras tenham conhecimento. **1-** A conselheira Carmen se  
49 pronuncia indagando sobre as respostas do ofício enviado a SESP, referente ao sistema  
50 estatístico, a secretaria executiva informa que a resposta a este ofício ainda não foi  
51 recebido, a conselheira solicita que reforce o envio de resposta com um contato ou  
52 através de e-mail solicitando a resposta do ofício da Procuradoria da Mulher, SESP e  
53 SESA. A Dra. Vanessa pede uma fala e se pronuncia informando que vale lembrar eu a  
54 SESP armazena estatísticas de todos os órgãos, como Polícia Militar, Polícia Civil e  
55 Guarda Municipal, acontece as vezes o número da Polícia Militar está muito a quem do  
56 número da Polícia Civil, ela explica que quando a Polícia Militar se desloca para fazer um  
57 atendimento, conta como um registro e nem sempre essa vítima vai à delegacia da Polícia  
58 Civil fazer o registro, há uma disparidade no número de registro, do atendimento da  
59 Polícia Militar com o atendimento da Polícia Civil, não há um consenso neste registro  
60 desse número desta estatística realizada junto a PM e a PC. A conselheira Carmen  
61 menciona que o caso não é este e que neste caso é perfeitamente compreensível, o que  
62 estamos argumentando é que de fato o órgão responsável pelas estatísticas de  
63 segurança pública que é a SESP, e o que propomos no ofício é uma discussão  
64 juntamente com a Força Tarefa-ALEP, o Conselho e o Secretário da SEJUF, de discutir  
65 uma forma de melhorar a qualidade e o alcance destes dados, isto já é uma discussão de  
66 muitos anos. A conselheira Maria Isabel pede licença e solicita que se a Dra. Vanessa  
67 pudesse fazer esta ponte para que se torne mais fácil e rápido esta reunião. **2-** A  
68 discussão sobre os dados da Violência contra a Mulher e resultou na elaboração de um  
69 ofício à SESA, sobre o qual se solicita a confirmação do recebimento pela SESA e  
70 respectiva resposta. A conselheira Carla da SESA informa que recebeu o ofício referente  
71 aos dados sobre gravidez e que verificará se houve recebimento de outro ofício relatado  
72 pela conselheira Carmen **3-** A conselheira Carmen pede licença para reportar um assunto  
73 que não é oficial que o HU de Maringá estaria se recusando a fazer o aborto legal e que  
74 não queriam ser referência para violência sexual, e que a preocupação é saber se o HU  
75 esta atendendo ou não está atendendo esses casos. Outro caso é de Curitiba, que teve a  
76 informação recente que a pessoa se envolveu em uma situação que levou ao estupro e foi  
77 confirmado a gravidez, ela foi ao HC e o HC solicitou o B.O; sabe-se que o HC solicita  
78 mesmo, apesar de a Lei não determinar isso, e quando a pessoa foi a Delegacia da  
79 Mulher na Casa da Mulher Brasileira, ela não quis indicar o nome do agressor e por isso  
80 não foi feito o B.O. com a orientação que não precisava do B.O, para a interrupção da  
81 gravidez, ela voltou ao HC e a equipe que a recebeu neste dia, fez o procedimento desta  
82 nova portaria do Ministério da Saúde, e que solicita que o médico faça a ecografia e que a  
83 vítima veja o bebê, que escute o batimento cardíacos do bebê, o que na verdade isto é  
84 uma questão de tortura, já que a pessoa está passando por esta situação que ninguém  
85 gostaria de passar, sendo uma tentativa de convencer a não fazer o aborto, visto que é o  
86 objetivo desta nova portaria, e solicita que seja averiguado junto a delegacia por que não

87 foi feito o B.O. e também junto ao HC, haja vista que a vítima ficou muito abalada com  
88 sofrimento psicológico muito grande. A Presidente Maria Isabel solicita que a Dra.  
89 Vanessa conselheira da SESP presente na reunião, para que se possível possa  
90 esclarecer o fato, a conselheira informa que não é normal se solicitar o autor do crime,  
91 uma vez que há estupro de autoria desconhecida e ensejam investigação por parte da  
92 Delegacia, e que não sabe qual a situação do caso, pois não está a frente da Delegacia e  
93 sim da coordenadoria, fala que verificará o ocorrido junto a Dra. Emanuele e que não  
94 pode afirmar nada antes de verificar o ocorrido antes do relato da Delgada titular da DM A  
95 Presidente fala que esta situação é muito importante e que o conselho precisa que se  
96 averigüe este caso e que se isso aconteceu realmente e que a coordenadoria poderia  
97 esclarecer esta fato através de uma nota. A Dra. Vanessa informa que solicitará a Dra.  
98 Emanuele que faça uma nota de esclarecimento sobre o assunto. A Dra. Helena da OAB/  
99 PR esclarece que a vítima sabia quem era o agressor, mas não queria identificar o  
100 agressor, só queria ter acesso ao serviço de saúde e que só conseguia fazer isso com o  
101 B.O; fala que esta vinculação é o exemplo prático de como esta vinculação é prejudicial a  
102 mulher que nem sempre quer dar segmento a denúncia, mas que ter acesso ao serviço  
103 de saúde. A conselheira Dra. Vanessa da SESP, fala que estupro é um crime e que o  
104 aborto é legal em virtude do crime e que para se ter a caracterização não é necessário  
105 B.O; e sim o procedimento criminal, se ela sabe quem o autor, não quer representar  
106 contra ao autor, veja onde estar a garantia da ocorrência do crime para poder justificar o  
107 aborto legal de acordo com a nossa legislação. A conselheira Carmen fala que a  
108 legislação neste sentido é omissa neste sentido, não diz que você tem que comprovar, é a  
109 palavra da mulher que vale como declaração básica pro procedimento, e a partir do  
110 momento que se vincula uma atenção a saúde ao processo criminal gera em várias  
111 frentes este tipo de problema. A Dra. Vanessa explica que a Lei determina o cumprimento  
112 da Lei, o aborto legal em é função do crime de estupro e se pede o registro , ela não quer  
113 representar, vamos vê o que irá se explicar neste sentido, mas entende-se a posição da  
114 Delegacia da Mulher, por que tem que se trabalhar de acordo com que a Lei nos  
115 determina. A Dra. Helena sugestiona que o enfoque de esclarecimento seja com o HC por  
116 que a nota técnica é clara que não há necessidade do B.O. A conselheira Carla da SESA,  
117 se pronuncia que lhe causa bastante estranheza neste relato feito aqui, haja vista que o  
118 HC, tem sido referencia e parceiro neste sentido, inclusive nacionalmente com relação ao  
119 acolhimento e atendimento das mulheres, poderíamos apoiar fazendo parte desta  
120 conversa, para se esclarecer o que aconteceu no acolhimento, por que a portaria que traz  
121 esta alteração do procedimento de interrupção de gravidez é bem recente do dia 27 de  
122 agosto, então precisa-se saber o que realmente aconteceu, a conselheira a fala que na  
123 portaria contém que precisa fazer a coleta de material. **Encaminhamento-** Propõe que a  
124 comissão de violência contra a mulher busque um dialogo entre todas as partes  
125 envolvidas no caso por uma reunião virtual, para que se elucide o que acontece e ou, que  
126 a SESA reitere este protocolo de atendimento em virtude desta nova portaria, para que  
127 isso na aconteça mais com nenhuma outra mulher. A conselheira Carla sugestiona que se  
128 inclua nesta reunião a Secretaria Municipal de Saúde e o Hospital das Clínicas. A  
129 conselheira Rosalina Batista, se pronuncia informando que em Londrina tem uma pauta

130 que irá se discutir no conselho Municipal sobre alguns atendimentos em alguns locais,  
131 nesta pauta foi solicitado a presença do HU de Londrina a Secretaria Municipal de Saúde  
132 e a Regional, sendo abordado a saúde reprodutiva e a questão da violência da mulher e  
133 que depois desta reunião enviará a discussão para o CEDM. A Presidente Mara Isabel  
134 fala que o CEDM, tem que se unir ao que já está sendo feito pelo Conselho Municipal,  
135 mesmo que o acontecido tenha sido em Curitiba, uma vez que outros casos no Estado  
136 estão sendo relacionados como de Maringá. Fica acordado que será abordado na reunião  
137 que acontecerá amanhã pela manhã da comissão de violência do Conselho Municipal  
138 uma reunião conjunta das duas comissões para discutir este caso específico. A  
139 conselheira Carmen faz um registro sobre o caso do feminicídio de Londrina, foi  
140 encaminhado para a CEVID e para corregedoria do Poder Judiciário um ofício  
141 encabeçado pela Rede Feminista de Saúde. Solicitando uma avaliação do acontecido e  
142 que se fizesse uma correção sobre este Juiz, para a CEVID para que acompanhe o caso  
143 e que faça um processo de mais esclarecimento para os Juízes, ficamos sabendo que os  
144 casos estão mais generalizados do que este caso emblemático de Londrina, com muitas  
145 negativas. O Ofício enviado a corregedoria foi aceito e virou processo no qual se tem o  
146 número e a Rede Feminista acompanhará, e a CEVID nos respondeu que tem feito  
147 capacitação e que vai acompanhar. A conselheira Maria Isabel agradece o registro da  
148 conselheira e solicita que ela continue informando, por que os avanços que se consegue  
149 precisa ser compartilhado para que possam avançar nestas questões. **7- Impacto da Lei**  
150 **Geral de Proteção de Dados – LGPD.** A conselheira Marceli que solicitou a pauta, teve  
151 um imprevisto e não pode participar e solicita que esta pauta fique para a próxima  
152 reunião. **8- Informe Gerais.** A Presidente Maria Isabel fala que teve um contato com a  
153 ALEP e solicitou para que ela posicionasse sobre os projetos que estão tramitando pela  
154 ALEP, ela enviou o projeto de Lei, que foi enviado a toda as conselheiras via Whatsapp, e  
155 solicita que as conselheiras leiam para que possam fazer as avaliações, por que é a Lei  
156 que vai tratar dos agressores; Lei n 20.318 de 10 de Setembro de 2020, para ser discutido  
157 na próxima reunião. A conselheira Mara se pronuncia informando que a reunião solicitada  
158 com o Secretário da SESP, Secretário de Justiça e o CEDM, estava acertada, porém  
159 houve uma mudança de Secretário de Justiça e que será pautada esta reunião agora com  
160 o Secretário Ney Leprevost, fala também que o departamento está em contato com A  
161 Diretora da Penitenciária e estão em planejamento de um projeto para mulheres presas e  
162 egressas que será informado em breve, fala que o Projeto Coração de Mãe está  
163 acontecendo com atendimento, Psicológico, Cardíaco e Nutricional, se tiverem qualquer  
164 mulher que precise de atendimento nestas áreas, pode ser agendado no departamento  
165 conforme está no site do CEDM; Finaliza agradecendo a presença de todas as  
166 conselheiras e agradece a presença em especial da Dra. Vanessa Alice da SESP, haja  
167 vista que é a primeira reunião da mesma. A Presidente Maria Isabel faz um último relato,  
168 que foi procurada pela Nadir que é de um grupo de Ciganas e lhe contou sobre uma  
169 jovem mãe que teve seu bebê de quatro(4) meses retirado neste final de semana no  
170 sábado, que os Pais acompanhado do Pai da criança foram embora com a criança. Ela  
171 procurou a Delegacia pra fazer o B.O e na delegacia foi informada de que não adiantava  
172 fazer o B.O. por que era o Pai que estava com a criança, a Presidente fala que a

173 aconselhou a procurar o Conselho Tutelar, haja vista que a mãe estava desesperada com  
174 o receio de não encontrar o seu bebê. Ressalta a Presidente que foi negado o  
175 atendimento na delegacia o direito da jovem de fazer o B.O. A conselheira Dra. Vanessa,  
176 solicita que lhe seja informada a unidade que foi o ocorrido e averiguará o acontecido, em  
177 tempo a Dra. Helena pergunta a Janaína do MP sobre um grupo de trabalho da CEVID,  
178 MP e Defensoria, sobre os Grupos Reflexivos, já que abordarão sobre aprovação da Lei  
179 dos agressores, a colaboradora do MP Janaína Plácido informa que o que sabe eu não  
180 tinha um grupo de trabalho específico e sim acontecerão algumas reuniões entre a Dra.  
181 Ana Carolina (Promotora-MP), Dra. Priscila (Desembargadora-CEVID) e a Dra. Lívia  
182 (Defensora -Nudem), que o que pode falar é que dentro do CAOP-DIREITOS HUMANOS  
183 do NUPIGE, há um procedimento administrativo específico sobre o assunto, e pelo  
184 levantamento que e feito pelo CAOPI, existe cerca de 35 grupos ativos no Estado do  
185 Paraná que é do nosso conhecimento e o acompanhamento destes grupos vem  
186 mostrando que os índices de reincidência desses homens que passaram por estes grupos  
187 reflexivos e muito próximo a zero ou zero, tem uma experiência que é um pouco mais  
188 referencial que foi feita no Rio Grande do Norte e que está sendo criada um projeto pelo  
189 NUPIGE, referente a esta temática, no sentido de tentar sugerir uma estrutura padrão  
190 para as Promotorias de Justiça no Paraná em relação ao tema, a Dra. Helena da  
191 OAB/PR, sugestiona ao Conselho que seria interessante quando for fazer o debate sobre  
192 a Lei específica, chamar os órgãos que já estão tratando sobre estas questões o P fez  
193 isso a CEVID do tribunal de Justiça fez um estudo detalhado e que ela e a Defensoria  
194 apresentaram uma nota técnica para este projeto de Lei, e nossa discussão seria mais  
195 rica com a presença destes aportes. a Presidente concorda e que fala que seria  
196 interessante até fazer um webnário sobre esta questão que é bem importante em tem que  
197 fazer valer todas as comarcas, a Dra. Helena sugere que se chame a Procuradoria da  
198 Mulher para apresentar o projeto e falar do texto aprovado e pensar em termos de  
199 implementação. A colaboradora do MP fala que é interessante por que este assunto é um  
200 ponto do Plano Estadual do Direito da Mulher. A Presidente sugere este ponto, como  
201 ponto de pauta para a próxima reunião e chamando a Procuradora para esta  
202 apresentação e a partir desta apresentação se fazer o webnário, chamando os outros  
203 atores para que pudesse ir buscando formas de implementação. A conselheira Isabela da  
204 UNESPAR observa que as universidades tinham um projeto de extensão que tratava dos  
205 homens agressores que acabou a um ano e meio atrás e fala que seria um momento de  
206 apresentar outra possibilidade para esta falta. A Dra. Helena informa para o departamento  
207 que recebeu um relato na OAB/PR, sobre as mulheres Trans que estão detidas em Rio  
208 Branco, por falta de agasalho e material de Higiene, que precisa de atenção específica  
209 devido à vulnerabilidade das Mulheres que estão ali. **9- Palavra das Conselheiras.** A  
210 conselheira Carmen perguntou sobre a atualização do protocolo do feminicídio que ficou  
211 de ser avaliado. Sobre isso a colaboradora Janaína informou que, em razão da Lei  
212 Anticrime, o protocolo precisou passar por uma revisão antes de ser publicado. O  
213 documento foi atualizado e devolvido recentemente pela Dra. Priscilla Placha Sá. Em  
214 seguida, Denise (Instituto de Criminalística) pediu vistas para fazer mais uma atualização,  
215 solicitando o prazo de dez dias para concluí-la. Depois disso, a ideia é reunir os

216 envolvidos e encaminhar o protocolo para a publicação. A Presidente Maria Isabel finaliza  
217 solicitando as participantes abram suas telas para se tirar uma foto. A Presidente  
218 agradece a presença de todas as conselheiras e participantes da reunião. Encerra-se as  
219 pautas e as discussões. Esta ata foi desgravada pela secretaria Executiva Jane Vasques.